netariamente a partir das datas indicadas abaixo, acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento;

2) Condenar o sr. PAULO SILVIO LOPES DA GAMA ALVES (CPF:166.809.282-49) solidariamente com a empresa VIEIRA ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 03.908.310/0001-05), à devolução do valor de R\$131.267,21 (cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), devidamente corrigido monetariamente a partir da data indicada abaixo, acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento.

3) Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, para apuração de eventuais ilícitos cíveis e penais.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação de débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Valores atualizados na forma prevista nos arts. 62 c/c 82, parágrafo único da Lei Complementar nº 81, 26.04.2012, até a data do julgamento:

DATA DO REPASSE	VALOR PRINCIPAL	VALOR CORRIGIDO
29/06/2006	30.000,00	170.658,05 (4)
20/10/2006	16.476,46	91.942,78 (4)
20/10/2006	23.523,54	131.267,21 (5)
	70.000,00	0,00
VALOR CORRIGIDO ATÉ 16.06.2021		393.868,04

ACÓRDÃO N.º 61.676

(Processo TC/520882/2008)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEDUC n.º 296/2005 e Termos Aditivos.

Responsáveis/Interessados: EDILSON CARDOSO DE LIMA / ROSIBERGUE TORRES CAMPOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA
Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

(§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator:

1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. EDILSON CARDOSO DE LIMA, (CPF: 142.044.952-49), ex-Prefeito do Município de Porto de Moz, condenando-o à devolução aos cofres públicos estaduais das quantias que totalizam R\$ 583.367,65 (quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), devidamente corrigidas até a data deste julgamento, e acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo recolhimento, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012; e

2) Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. ROSIBERGUE TORRES CAMPOS, ex-Prefeito do Município de Porto de Moz, considerando que, no período de 01.01.2009 a 21.03.2009, sob sua responsabilidade, não houve movimentação de recursos financeiros estaduais, com fundamento no art. 56, incisos I, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012. Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação de débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Valores atualizados na forma prevista nos arts. 62 c/c 82, parágrafo único da Lei Complementar nº 81, 26.04.2012, até a data do julgamento.

DATA DO REPASSE	VALOR PRINCIPAL	VALOR CORRIGIDO
12/09/2005	45.000,00	285.513,39
28/04/2006	25.000,00	143.569,44
28/04/2006	15.000,00	86.141,72
26/12/2008	15.000,00	68.143,10
VALOR CORRIGIDO ATÉ 16.06.2021		583.367,65

ACÓRDÃO N.º 61.677

(Processo nº TC/507233/2014)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81/2012: I - Deferir os registros dos contratos de admissão de servidores temporários firmados com a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – PAULO ROBERTO DE PAULA FILHO, KILVIA DE MORAIS CARDOSO, GLAUCE LEÃO LIMA, MÁRCIA WANDERLEY ANAISSE, RÔMULO HENRIQUE ALVARADA FERREIRA, DÉBORA ALVES CARDOSO, JURANDIR ALABARCE CARRASCO-SA JUNIOR e NATHALIA SANTOS DA PENHA;

II – Deferir em caráter excepcional o registro do ato de admissão da servidora ANA BEATRIZ DE SÁ ROSAS;

III – Determinar à SESPA que após a cessação dos efeitos da Pandemia, seja providenciado o imediato desligamento da servidora ANA BEATRIZ DE SÁ ROSAS, caso ainda exista vínculo com essa Secretaria e assim que possível, realize Concurso Público para provimento de vagas em número necessário à substituição dos servidores temporários.

ACÓRDÃO N.º 61.678

(Processos nºs. 2015/51382-1)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL.

Requerente: HOSPITAL OPHIR LOYOLA.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade e nos termos do voto do Relator com fundamento nos arts. 34, inciso I e Parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) registrar, em caráter excepcional, o contrato de admissão de servidor temporário firmado entre o HOSPITAL OPHIR LOYOLA e Marcelo Akira Kobayashi Sakiyama;

2) determinar ao Hospital Ophir Loyola (HOL), assim que possível, realize Concurso Público para provimento de vagas em número necessário à substituição dos servidores temporários.

ACÓRDÃO N.º 61.679

(Processo nº TC/502219/2009)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 4º, inciso II, da Resolução/TCE-PA nº 18.990, de 03 de abril de 2018 e art. 290 do RITCE/PA c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com o consequente arquivamento dos autos, o processo que trata do ato de aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 1844, de 01/09/2008, em favor de PEDRO MENDONÇA CAVALCANTE, no cargo de Professor GEP-M-AD-1-401, Ref. VII, lotado na Secretaria de Estado de Educação, tendo em vista o falecimento do interessado.

ACÓRDÃO N.º 61.680

(Processo n.º TC/505441/2012)

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Reforma consubstanciada na PORTARIA nº 1186, de 09/05/2011, em favor do Cabo/PM JOSÉ SANTOS DE ASSUNÇÃO NASCIMENTO pertencente ao efetivo do 14º BPM (Barcarena).

ACÓRDÃO N.º 61.681

(Processo n.º TC/521268/2009)

Assunto: PENSÃO

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução n.º 18.990, de 3 de abril de 2018, art. 290 do RITCE/PA e art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, o processo que trata do ato de pensão consubstanciada na PORTARIA PS nº 0108, de 06/02/2002 em favor de MIGUEL TAVARES DE FARIAS, dependente da ex-segurada Bernadina Cardoso Farias, em razão do falecimento do interessado.

ACÓRDÃO N.º 61.682

(Processo nº. 2010/52991-5)

Assunto: PENSÃO CIVIL

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução n.º 18.990, de 3 de abril de 2018 e art. 290 do RITCE/PA c/c o art.485, IV, do Código do Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com consequente arquivamento dos autos, o processo que trata do ato de Pensão Civil, consubstanciada no Ato N.º 69, de 12.11.2010, em favor de Maria SALOMÉ SAMPAIO DIAS, dependente do ex-segurado Moacyr Bernardino Dias.

ACÓRDÃO N.º 61.683

(Processo nº. TC/510415/2015)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDOP nº 018/2012 e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: CARLOS BATISTA DADALT e SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE RURÓPOLIS

Advogados: ANDERSON LUÍS FERRAZ SANTOS – OAB/PA Nº 18.983 e ESEQUIEL AQUINO DE AZEVEDO – OAB/PA Nº 14.587

Relator: Conselheiro: LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, e art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. CARLOS BATISTA DADALT, CPF nº 262.284.160-49, ex-Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Rurópolis, no valor de R\$-275.386,98 (duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), e dar-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO N.º 61.684

(Processos nºs 2017/53331-0 e 2017/51642-3)

Assunto: PENSÕES CIVIS

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução nº. 18.990, de 3 de abril de 2018 e art. 290 do RITCE/PA c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil, determinar a extinção dos processos sem resolução do mérito, em razão da perda do objeto, referente aos atos abaixo discriminados e em virtude do falecimento dos beneficiários:

Processo nº 2017/53331-0 - Pensão civil consubstanciada na PORTARIA PS n.º 0478, de 02/05/2017, em favor de MARIA LUCI DE MENEZES, dependente do ex-segurado Manoel Rodrigues Santiago;

Processo nº 2017/51642-3 - Pensão civil consubstanciada na PORTARIA PS n.º 0071, de 03/02/2014, em favor de ANTONIO LISBOA DIAS, dependente da ex-segurada Maria Ivone da Silva.